



**FRENTE PARLAMENTAR MISTA
EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA, JUSTA E SOLIDÁRIA



A PREVIDÊNCIA SOCIAL QUE QUEREMOS

Desmistificando o Déficit da Previdência
A CPI da Previdência no Senado Federal comprovou →

→ VEJA O QUE A CPI DA PREVIDÊNCIA NOS

O GOVERNO MANIPULA DADOS E CÁLCULOS

As estimativas e projeções apresentadas pelo governo federal para tentar justificar a proposta de reforma da previdência estão repletas de erros e imprecisões. Essas informações manipuladas forjam uma situação artificialmente grave com o objetivo de acabar com a previdência pública.

ERROS E FRAUDES EM PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

É estimado em 56 Bilhões anuais o volume de erros e fraudes em pagamento de benefícios do RGPS e mais da metade dos laudos analisados (53%) continham deficiências no registro para atestar a incapacidade do segurado periculado.

O GOVERNO SEGUE FAZENDO PROPAGANDA ENGANOSA

Com o apoio da grande imprensa o governo manipula informações para vender a ideia de que a Previdência Social é deficitária para facilitar o crescimento da previdência privada. O governo trata os regimes próprios de previdência dos servidores públicos como se fossem parte da Seguridade Social para justificar o falso déficit.

DESVIO DE DINHEIRO DA SEGURIDADE

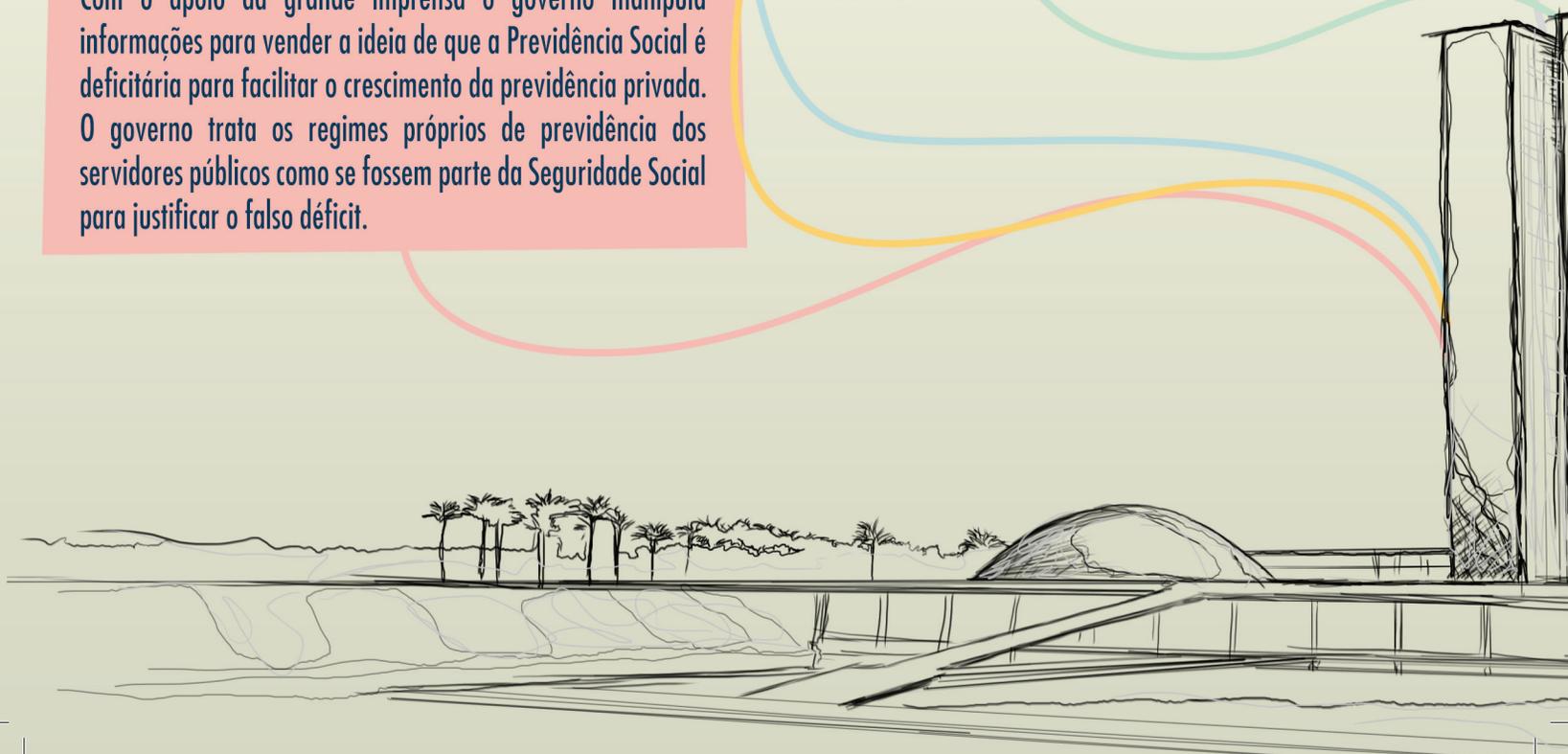
Através de uma emenda constitucional o governo criou a DRU – Desvinculação de Receitas da União. Com isso, já foram retirados da Seguridade Social 519 Bilhões entre 2005 e 2015. E só em 2016 foram retirados mais 91,8 Bi. É extremamente necessário o fim da DRU, com a revogação do artigo 76 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

MÁ GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE CUIDAM DA SEGURIDADE SOCIAL

40,6% das agências do INSS não possuem peritos médicos, exigindo deslocamento de servidores ou de segurados.

Um número excessivamente grande de benefícios é decorrente de decisões judiciais, gerando despesas de 48,9 Bilhões somente em 2016.

Auditoria do TCU demonstrou precariedade e falta de transparência na tramitação e julgamento de processos administrativos fiscais, além da morosidade. Segundo o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, seriam necessários 77 anos para que fosse julgado todo estoque de processos existente.



O SENADO COMPROVOU



FRENTE PARLAMENTAR MISTA
EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

RENÚNCIAS FISCAIS

Segundo a Receita Federal, nos últimos dez anos as desonerações (autorizações para pagar menos) para as grandes empresas mais que triplicaram, chegando a 143 Bilhões até 2016 e 45 Bilhões apenas em 2017. Já as renúncias sobre a Seguridade Social somam mais de 370 Bilhões entre 2014 e 2016. O próprio Secretário da Receita Federal admitiu que os recursos da Previdência não podem ser utilizados como incentivo fiscal, por ser arrecadado com um fim específico.

REFIS PREMIA DEVEDORES E SONEGADORES

Nos últimos anos foram criados aproximadamente 30 programas de parcelamento especiais (REFIS), todos com expressivas reduções nos valores das multas e juros. Isso incentivou a cultura do não pagamento de dívidas na expectativa de futuro parcelamento.

Se fosse cobrada e recebida toda a dívida ativa de natureza previdenciária, o montante, que ultrapassa a casa dos 460 Bilhões, daria para suportar a necessidade de adicional de três orçamentos inteiros da Seguridade Social.

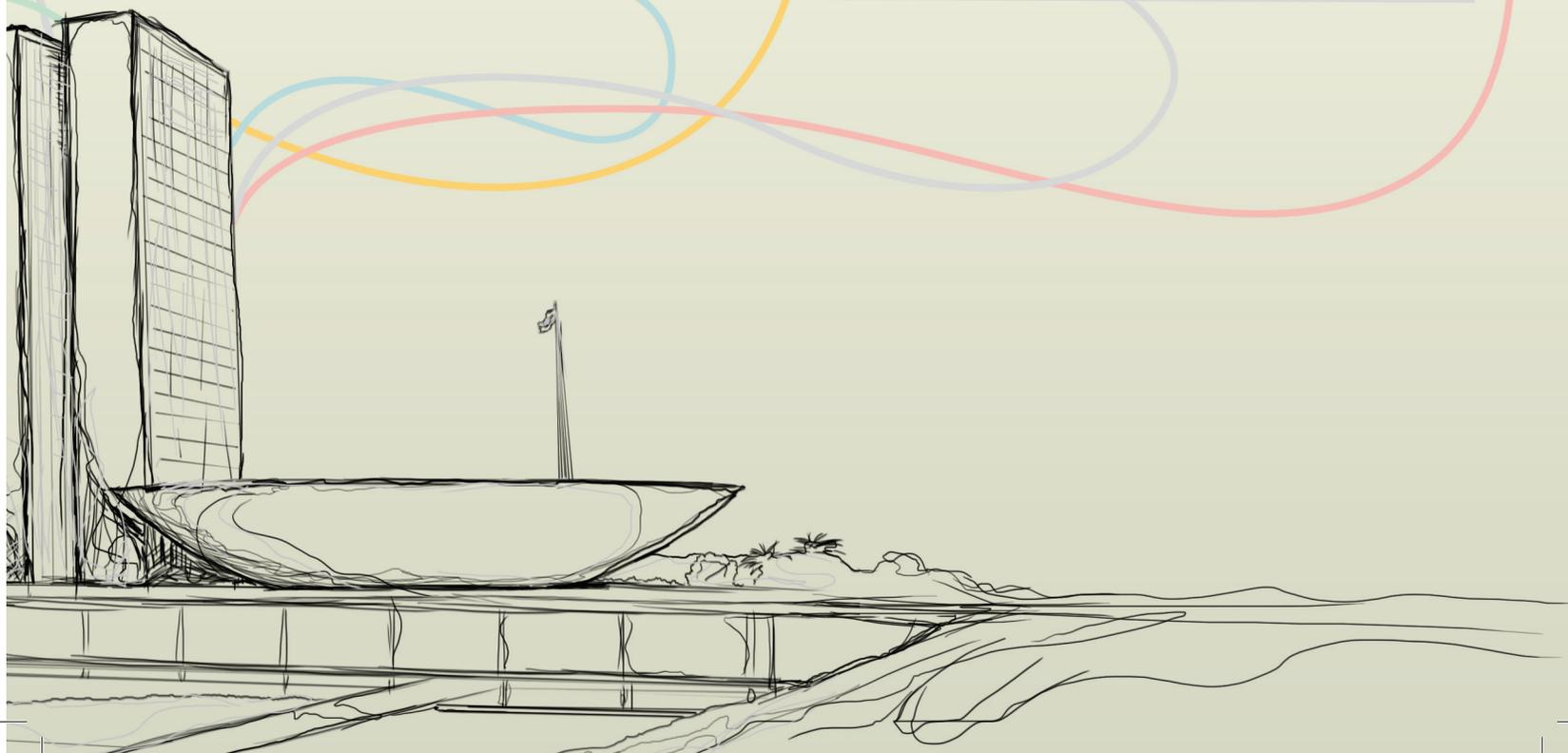
BENESSE DA LEI

Dispositivos legais que extinguem a punibilidade de crimes contra a ordem tributária mediante o simples pagamento ou parcelamento do débito são um convite à sonegação.

BENEFÍCIOS A GRANDES DEVEDORES

Como a maioria dos grandes devedores tem créditos tributários junto à Receita Federal, acabam ganhando muito dinheiro fazendo a compensação entre créditos relativos a outros tributos, como Imposto de Renda, IPI e outros, com débitos previdenciários. Com isso, o devido à Seguridade Social nunca é totalmente pago.

Empresas em débito com o sistema de Seguridade Social não pode contratar com o Poder Público, como diz a Constituição Federal. Entretanto, grandes empresas devedoras como a JBS e a Margrif, entre outras, obtiveram financiamentos do BNDES, além de tantas outras devedoras que têm participado de licitações públicas e obtido benefícios fiscais.





A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, instalada em 31 de maio de 2016, sob a coordenação do senador Paulo Paim e do deputado federal Arnaldo Faria de Sá, é atualmente composta de 263 deputados federais, 23 senadores e por 97 entidades representativas da sociedade civil, entre essas todas as Centrais Sindicais.

INICIATIVA



PARCERIAS



ORGANIZAÇÃO



www.frenteparlamentardaprevidencia.org



facebook.com/FrentePrevidencia



twitter.com/FrentePrev